

A HISTÓRIA DOS CONCEITOS E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA POLÍTICA

PAULA RIBEIRO FERRAZ*

Resumo: O artigo pretende fazer algumas considerações a cerca da História dos Conceitos, sua origem, princípios e métodos, bem como apontar sua relação com a renovação da História Política nos últimos anos.

Palavras-chaves: História dos Conceitos, História Política, Reinhart Koselleck.

1. A História Conceitual: história, princípios e métodos

“Não são os fatos que abalam o homem, mas sim o que se escreve sobre eles”.¹

É difícil saber precisamente quando e como surgiu a história conceitual, mas ao que tudo indica, ela foi experimentada nas décadas de 1950 e 1960, quando historiadores perceberam a insuficiência da história das idéias. “Os principais pontos atacados pela crítica desta então nova historiografia estavam na baixa contextualização de idéias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo daí derivado e na insistência metafísica da essencialidade das idéias.” (JASMIN, 27-28)

Assim, a história dos conceitos

“começou como crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional; em seguida, essa especialização pretendeu uma crítica à história das idéias, compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capaz de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial. Ambos os impulsos conduziram a uma delimitação metodológica mais precisa, pois, ao longo da investigação de um conceito, tornou-se possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito.”
(KOSELLECK, 2006: 104)

No âmbito de língua alemã, um dos mais frutíferos, a iniciação desse campo coincidiu com a emergência do nazismo, que foi claramente um momento de crise do mundo liberal e burguês da época. E o momento de maior produtividade da história

* Mestranda em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista da CAPES.

¹ KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006.

conceitual foi a partir dos anos 1950, coincidindo justamente com o fim do nazismo e da guerra.² Seu principal expoente, o historiador alemão Reinhart Koselleck, tornou-se conhecido pela sua tese de doutorado “*Crítica e Crise: Um estudo a cerca da patogênese do mundo burguês*”, de 1954, e, ainda hoje, é um dos grandes nomes desse campo historiográfico. Segundo Marcelo Jasmin,

“Koselleck foi um dos organizadores de um dos dicionários mais importantes da história conceitual alemã. Foi dirigente maior na pesquisa dos conceitos, foi quem apresentou maior produtividade. Mas há outro fator fundamental para o seu destaque: Koselleck é extraordinariamente intuitivo e inteligente. Conseguiu ultrapassar seu próprio método”. (KOSELLECK, 134-146)

No artigo “*Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*”³ o historiador alemão lista seis pontos de natureza teórica relativos à história dos conceitos. O primeiro ponto se refere ao que possa vir a ser um conceito, porque naturalmente não é toda palavra que pode se transformar num conceito. Segundo Koselleck, “a especialização metodológica da história dos conceitos, os quais se expressam por palavras, requer um fundamento que possa diferenciar as expressões ‘conceito’ e ‘palavra’” (KOSELLECK, 2006: 108). Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra.

O segundo ponto trata da utilização e emprego dos conceitos. Koselleck defende a hipótese de que todo conceito é sempre concomitantemente “fato” e “indicador”, ou seja, o conceito não é apenas fenômeno lingüístico, é também indicativo de algo que se situa para além da língua, uma relação entre fato lingüístico e realidade concreta. Desta maneira, pode-se dizer que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão lingüística” (KOSELLECK, 2006: 103).

No terceiro ponto Koselleck aponta os critérios seletivos para uma escrita da história dos conceitos. Para o autor, todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos e contextos e, por isso, necessita de um procedimento que pode ser chamado de “seleção”, uma vez que “a história conceitual é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que antena para o emprego de *termos relevantes* do ponto de vista social e político” (KOSELLECK, 2006: 103). E

² Entrevista da Editora PUC-Rio com o professor Marcelo Gantus Jasmin, autor do livro “*História dos Conceitos: debates e perspectivas*”, em parceria com o professor João Feres Júnior.

³ KOSELLECK, R. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

para essa seleção pode-se proceder de duas maneiras: a partir de um método que privilegiará textos comparáveis ou a partir da expansão da análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos há ainda formas intermediárias, ressaltando que o objeto se mantém o mesmo, o que muda é apenas a perspectiva em relação a ele.

O quarto ponto se relaciona à formulação hipotética de que todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado uma única vez, o que significa que sua formulação teórica (abstrata) relaciona-se a uma situação real (concreta) que é única. É o caráter único e particular que configura o momento concreto em que um conceito é formulado e articulado, porque o que é decisivo no uso pragmático da língua é sempre único e, neste sentido, também irrepetível.

Mas então, o que possibilita a escrita de uma história dos conceitos? Para Koselleck, o que possibilita é o fato de que, embora a palavra permaneça a mesma (tradução do conceito), o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente, uma vez que, tudo que é dito só é compreensível se o mínimo de repetição semântica estiver pressuposto. Dificilmente pode-se pressupor, por exemplo, que numa situação revolucionária haja possibilidade de conceitos absolutamente novos em termos de semântica. A partir disso, Koselleck ressalta que

“devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar”. (KOSELLECK)

O quinto ponto desenvolvido pelo autor complementa e aprofunda o quarto, na medida que desenvolve a hipótese de que na diacronia está contida a sincronia. E esta força diacrônica deve ser plausível de ser mensurada de alguma forma, quando se pretende trabalhar empiricamente. Nesse sentido, é justamente a perspectiva diacrônica que pode avaliar a duração e o impacto de um conceito, assim como das suas respectivas estruturas (KOSELLECK, 2006: 105).

Cabe ressaltar, portanto, que os conceitos não são atemporais. Na realidade, eles apresentam, como em camadas, temporalidades distintas, que são capazes de construir “níveis lingüísticos”. São esses níveis que evidenciam o processo de ressignificação, quando se recorre ao velho estoque de palavras para expressar o novo.

Neste ponto, Koselleck faz ainda uma distinção entre três tipos de fontes para o estudo dos conceitos: a primeira, própria da linguagem do cotidiano, que no seu uso são

úteis por princípio; a segunda, fontes primárias e que em termos de volume configuram uma grande massa documental; e, por fim, os textos que permanecem inalterados no decorrer das edições, são as consideradas “obras clássicas”, como a bíblia. Destarte, a semântica comporta sempre em si estruturas de repetição, mas também, de acordo com o gênero e tipo de texto, possibilita, impede ou até mesmo proíbe diferentes formas de repetição.

“No âmbito de uma possível história dos conceitos, a indagação fundamental a respeito dos processos de alteração, transformação e inovação conduz a uma estrutura profunda de significados que se mantêm, recobrem-se e precipitam-se mutuamente, significados que só podem se tornar social e historicamente relevantes se a história dos conceitos for isolada e destacada como disciplina autônoma”. (KOSELLECK, 2006: 107)

Nesse sentido, há sempre uma relação entre *repetição* e *unicidade/singularidade*. Com isso, a história conceitual “ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia e sincronia, passando a remeter à possibilidade de simultaneidade da não-simultaneidade que possa estar em um conceito” (KOSELLECK, 2006: 115).

Depois de abordar esses cinco pontos, Koselleck desenvolve no sexto ponto aquilo que pode ser considerado uma das chaves de compreensão de seu método e que, na realidade, torna a história conceitual, quando utilizada adequadamente, um instrumento de pesquisa bastante interessante para o historiador. O autor lembra da importância da separação analítica entre apreensão lingüística e realidade concreta dos fatos. Assim, pode-se perguntar às fontes textuais o que elas indicam em relação à história concreta e que qualidades possuem para co-produzirem histórias enquanto textos. Como destaca Koselleck, “é claro que a preservação da autonomia da disciplina não deve levar à desconsideração dos conteúdos históricos empíricos” (KOSELLECK, 2006: 110). A investigação de um conceito, portanto, não deve ser conduzida exclusivamente ao significado das palavras e suas modificação, ela deve registrar as diferentes designações para os fatos.

Desta maneira, os princípios e métodos da história conceitual, desde a definição e seleção dos conceitos até sua fundamental relação com a história real, podem nos ajudar a compreender porque ela vem se tornando, cada vez mais, um instrumento para as demais áreas da História e também da historiografia.

2. A História Conceitual e a História Política

Após ter sido estigmatizada, no início do século XX, como emblema de tudo que se opunha à renovação dos estudos históricos, a política vem retornando ao primeiro plano da cena historiográfica desde a década de 1970, quando uma série de estudos, sob diferentes perspectivas, retomaram as reflexões sobre problemas que se colocam em relação ao domínio da política. Inscritos em diferentes tradições intelectuais e operando um arcabouço conceitual herdeiro de diferentes disciplinas, como a lingüística, a filosofia e a antropologia, esses estudos significaram uma revitalização do campo, revelando e sublinhando novas e importantes dimensões da política na história.

“A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual”. (RÉMOND, 1996: 29)

Foi nesse sentido, portanto, que surgiu uma relação bastante próxima entre a história dos conceitos e a história política, já impactada pelas transformações causadas pelas renovações dessa área. Segundo Rosavallon a formulação de uma História Conceitual do Político buscou preencher as lacunas metodológicas que vinha dificultando a apreensão da dimensão histórica do político (ROSAVALLON, 1995: 9).

No início do século XX o declínio da tradicional história política foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e, sobretudo, da sociologia política. Porém, esses estudos não preencheram o vazio deixado pelo perecimento progressivo da história das idéias e da história das instituições. Nesse ponto, cabe diferenciar a história conceitual da tradicional história das idéias.

Rosavallon destaca cinco fraquezas da história das idéias. A primeira se refere à tentação do dicionário; são obras importantes, mas por não terem nada de histórico servem apenas como “consulta”. A segunda faz referência à história das doutrinas, que apesar de ter o mérito de reunir um grande material documentário, pressupõe que as doutrinas representam qualquer coisa de definitivo ou de estável. A terceira fraqueza é o comparativismo textual, ou seja, pensa uma obra apenas em relação àquelas que a sucedem ou precedem, fazendo existir apenas exteriormente. A quarta se relaciona ao reconstrutivismo, que consiste em reescrever uma obra para estabelecê-la numa coerência e clareza que se supõe fazer falta ao autor. E, por fim, a quinta fraqueza, o

tipologismo; são os manuais, propensos a organizar tudo em termos de escola, de etapa, de períodos, de correntes.

Apesar de destacar todos esses “problemas” da história das idéias, Rosavallon aponta que o maior defeito de todas essas obras tradicionais é não nos permitir compreender nada de histórico, mesmo quando nos ensinam muitas outras coisas.

Assim, a história conceitual do político surgiu como uma alternativa inovadora e que parece ter preenchido lacunas metodológicas do campo do político.

“O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país, ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”.
(ROSAVALLON, 1995: 16)

Contrariamente à história das idéias, a matéria desta história conceitual do político não pode limitar a análise ao comentário das grandes obras. Para isso, toma emprestado da história das mentalidades a preocupação de incorporar o conjunto dos elementos que compõe este objeto complexo que é uma cultura política. “Nessa medida, não há matéria própria à história conceitual: ela consiste desde logo em coletar o conjunto de materiais sobre os quais se apóiam, de forma separada, os historiadores das idéias, das mentalidades, das instituições e dos acontecimentos” (ROSAVALLON, 1995: 16).

Deste modo, o método desta história conceitual do político reside em unir dois fundamentos: *interação* e *compreensão*, permitindo a superação de barreiras disciplinares. O ensaísmo, por sua vez, é o motor de interrogação que funda o desejo de conhecer e compreender as diferentes realidades históricas.

Destarte, a história conceitual do político é “história política” na medida em que a esfera do político é o lugar de articulação e representação social e é “história conceitual” porque é a partir dos conceitos, e ao redor deles, que se amarram as situações ao princípio de suas ativações.

3. Conclusão

A história dos conceitos, desenvolvida inicialmente nos anos 50 e 60, constitui ainda hoje um dos campos mais inovadores e promissores da historiografia, seja como disciplina autônoma, seja como campo auxiliar da história política. Nesta perspectiva, a

história conceitual conquistou espaço cada vez maior na discussão internacional das últimas décadas.

O estudo dos conceitos, para além das análises lingüísticas, pode funcionar como um eficaz instrumento para o historiador preocupado em compreender realidade histórica concreta.

Assim, desde o processo de teorização de um conceito até sua percepção enquanto parte integrante da própria História, muitos são os elementos que permitem ao pesquisador se debruçar sobre “palavras” relevantes do ponto de vista social e político de um período, podendo apontar par as permanências e transformações históricas ao longo do tempo e podendo, assim, desvendar os “*espaços de experiência*” e os “*horizontes de expectativas*” de uma época.

4. Bibliografia

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos e Teoria Política e Social: Referências Preliminares*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, fevereiro, ano/vol. 20, nº 057, p.27-38.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006.

KOSELLECK, R. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV / UFRJ, 1996, p.13-36.

ROSAVALLON, Pierre. “Por uma História Conceitual do Político”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 30, 1995, p.9-20.

Entrevista da Editora PUC-Rio com o professor Marcelo Gantus Jasmin, autor do livro “*História dos Conceitos: debates e perspectivas*”, em parceria com o professor João Feres Júnior.